

nacional • nacional • nacional • nacional • nacional

# É tarefa de todos apoiar Moçambique e Angola na consolidação da paz ainda frágil

— Presidente Samora Machel

«É tarefa de todos os revolucionários e progressistas na África e no Mundo, apoiar Moçambique e Angola neste momento delicado e complexo em que a paz é ainda frágil» — afirmou ontem o Presidente Samora Machel, na abertura da Cimeira dos «Cinco». Na sua intervenção, o dirigente moçambicano destacou os aspectos comuns da luta dos cinco países africanos, defi-

Querido Camarada Comandante de Divisão, JOÃO BERNARDO VIEIRA Presidente da República da Guiné-Bissau e Presidente em Exercício da nossa Cimeira,

Querido Camarada ARISTIDES PEREIRA Presidente da República de Cabo Verde.

Querido Camarada MANUEL PINTO DA COSTA Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe,

Querido Camarada JOSE EDUARDO DOS SANTOS Presidente da República Popular de Angola.

Caros Camaradas,

Minhas Senhoras - Meus Senhores,

Estão aqui a saudar-vos membros do Comité Central do Partido Frelimo, Deputados da Assembleia Popular, nosso órgão máximo do Poder do Estado, dirigentes do Governo da República Popular de Moçambique.

Eles estão aqui, para desejar aos nossos ilustres hóspedes, aos nossos companheiros de armas desde a primeira hora, aos nossos aliados seguros, as mais calorosas e fraternalas boas-vindas a Maputo, capital da República Popular de Moçambique.

Sentimo-nos todos honrados pela vossa presença, pelo privilégio que dão ao nosso povo de trazerem a vossa solidariedade amiga e segura.

Sentimo-nos emocionados por que esteja perante nós Heróis vivos da África combatente, aqueles que consagraram as suas vidas ao ideal mais nobre que é servir o povo. Sentimo-nos privilegiados porque temos entre nós combatentes africanos, criadores da liberdade, fazedores da paz e do progresso.

Khanimambo, Camaradas, pela vossa presença!

O povo moçambicano, vosso amigo, saúda-vos com alegria, com respeito, com admiração.

O Camarada Presidente João Bernardo Vieira proferiu palavras que tocam o fundo do nosso coração. São palavras directas, proferidas por quem viveu os sacrifícios da luta e conhece o valor da liberdade. São palavras de um comandante e camarada que entregou anos da sua vida a longas marchas, que viveu a fome e a sede, a alegria da vitória numa batalha, a felicidade de enterrá-la um companheiro. São palavras que acalentam os nossos amigos e estimulam o nosso combate.

Obrigado Presidente João Bernardo Vieira!

Caros Camaradas,

Os companheiros de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, convocaram esta Cimeira Extraordinária aqui na África Austral, para manifestarem a sua solidariedade para com a política de Paz da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique.

Estamos aqui, na África Austral, onde se travam combates decisivos entre o progresso e a reacção, entre a liberdade e a opressão, entre o militarismo e as forças da paz, entre a igualdade dos homens e a discriminação racial.

O simples facto de estarmos aqui reunidos por vontade própria, nesta Cimeira Extraordinária, confirma mais uma vez a nossa unidade inquebrantável.

Felicitamo-nos porque somos uma realidade viva no nosso Continente e no Mundo. Construímos um bloco unito e coeso, porque assumimos a luta de cada um de nós como a luta de todos nós.

O nosso lema sempre foi a solidariedade. Hoje, continua a ser solidariedade nos princípios e na ação.

Os nossos países viveram uma experiência comum de opressão e exploração. Juntos combatemos e juntos vencemos, juntos construímos as nossas pátrias.

Este rico património dos nossos povos enriquece a história contemporânea da África, a cultura e a personalidade do homem africano, dimensiona o nosso Continente à justa medida da dignidade do povo africano.

Gostaria de lembrar, nesta sessão solene, alguns elementos deste património comum, para que as novas gerações saibam compreender o que nos une e se tornem continuadoras da história gloriosa que criamos.

A intensificação da agressão foi a resposta do Caetanismo. A escalada em ataques bárbaros e massacres, a internacionalização do conflito pelo envolvimento directo de forças neocoloniais e sul-africanas, foi a resposta do Caetanismo.

Fomos forçados a fazer a guerra para estabelecer a Paz.

Logo que Portugal reconheceu o nosso direito à independência e aceitou transferir os poderes aos Movimentos de Libertação, então rapidamente se concluíram os Acordos de Paz.

O movimento nacionalista surge nas nossas pátrias com o objectivo de, pelo diálogo, restabelecer a dignidade e liberdade dos nossos povos, e, em diálogo, em negociações, promover a independência das nossas Pátrias.

Porque tínhamos objectivos muito

preservar a vida dos nossos povos, a liberdade e dignidade dos homens, perto a intrusão assassina do sistema colonial-fascista.

A morte política de Salazar suscita na Comunidade Internacional a esperança que a potência colonial aceite um diálogo conducente à independência das nossas Pátrias. Do lado, das nossas Organizações, manifestou-se novo a vontade de fazer cessar o combate das armas em favor da negociação entre os homens.

A África, a OUA, na Declaração de Lusaka, pronunciou-se a apoiar as iniciativas que ponham termo à guerra colonial e garantam a independência dos territórios ocupados.

Na guerra colonial, os nossos combatentes não mataram mulheres, crianças, velhos; não mataram comerciantes e funcionários, camponeses e cidadãos; não mataram trabalhadores pacíficos que, embora colonos, não eram nossos inimigos.

Tendo definido o inimigo, ou seja, o obstáculo à nossa reivindicação legítima e inalienável de independência, de liberdade, dignidade, justiça, estávamos em condições de definir, unir, mobilizar e organizar a nossa base social.

O povo era a nossa base. Os homens de todas as etnias, de todas as regiões, de todas as cores, de todas as crenças que compunham o nosso povo, eram a nossa base social.

Foi por isso que, desde o início da acção das nossas organizações políti-

camente as suas características e estratégia. Destacou também as tarefas que hoje se colocam para o desenvolvimento das cinco nações.

Eis, na íntegra, a intervenção do dirigente moçambicano:

teve povo, o capitalismo nunca teve

raça. No longo e duro processo que foi a guerra de libertação das nossas Pátrias, continuamente alargámos e aprofundámos o conteúdo da unidade nacional. Os nossos povos identificaram-se inteiramente com as nossas Organizações, porque viam que estávamos sempre a agir no interesse do povo.

Historicamente, dizer-se Frelimo era dizer-se Moçambique. Dizer-se MPLA era dizer-se Angola. Dizer-se PAIGC era dizer-se Guiné-Bissau/Cabo Verde. Dizer-se MLSTP era dizer-se S. Tomé e Príncipe.

Definimos o inimigo como sendo o sistema colonial. Então, fomos capazes de apontar as nossas armas para o avo correcto: as forças repressivas do sistema colonial, as forças de agressão colonialista. Apontámos as nossas armas contra o exército colonial, contra a PIDE, apontámos as nossas armas contra a PIDE.

E era assim porque para toda a opinião nacional e internacional, o nome das nossas Organizações significava os interesses mais puros, mais sagrados, dos nossos povos.

A nossa luta, porque justa e obedecendo a métodos justos, ganhou a simpatia, a solidariedade, o apoio de todo o mundo.

No África, no seio dos Nâo-Alinhados, no campo socialista, nos Países Nôrdicos, na Europa, nas Américas, na Ásia, as forças democráticas identificaram-se com a nossa causa, com as nossas Organizações.

E assim que surge a Conferência de Roma em 1970.

A Conferência de Roma é o produto de uma ofensiva nossa para alargar a base internacional de apoio à nossa luta e isolar o colonialismo português.

A ofensiva visava ganhar novos amigos, levar forças relativamente comprometidas com Portugal — nomeadamente no campo da OTAN — a demarcar a fronteira entre o continente e o resto do mundo.

Jornalistas, cineastas, escritores, delegações de organizações políticas e sociais, homens e mulheres de todos os continentes, de todos os horizontes políticos, visitaram as zonas libertadas, prestigiaram o movimento de libertação africano e o nosso Continente.

As consequências das nossas lutas, a seriedade do nosso engajamento, o entraînemento profundo nas massas populares, a presença contínua da direção no terreno de operações entre os combatentes, as transformações sociais que se operavam nas zonas libertadas, prestigiam o movimento de libertação africano e o nosso Continente.

Estes factores determinaram a mudança de estatuto do movimento de libertação africano na cena internacional. Deixámos de ser considerados «vitimas indefesas e negligenciadas» que mendigavam ajuda. A comunidade internacional passou a olhar para nós como representantes dignos de Povos orgulhosos, reconheceu nos nossos dirigentes estadistas de grande bravura, sentiu que fornecímos alternativas de governação séria e responsável.

Por estas razões, fomos admitidos no seio da OUA, dos Nâo-Alinhados, da Comissão Económica para a África, das Nações Unidas, como únicos e legítimos representantes dos nossos Povos.

A luta da Frelimo, do MPLA, do PAIGC, determinou na cena internacional a dignificação do conjunto dos movimentos de libertação africanos.

A guerra de libertação das nossas Pátrias foi um processo político-militar longo, complexo e difícil.

Devido à natureza e intrusão do sistema colonial-fascista, impunha-se desde o início a definição de uma estratégia conducente à derrota militar do colonialismo, à criação de uma corrente de forças que lhe impusesse a capitulação enquanto sistema.

Nunca encarámos a guerra como um instrumento de propaganda ou de agitação de massas. Por isso recusámos sempre o terrorismo. Atingindo indefensamente inocentes e não culpados, o terrorismo põe em causa a justiça, a dignidade, o respeito pela pessoa humana que eram a essência da nossa luta. Ele destrói a base interna de apoio. Intimidá, cria medo, e não o amor e a dedicação à causa. A acção terrorista tem por objectivo as parangonas dos jornais. Não conduz à libertação efectiva do Povo e da Terra, ao isolamento, ao cerco e aniquilação do inimigo real.

Como revolucionários, impunha-se que nas condições próprias dos nossos países e da conjuntura internacional, definissemos a estratégia e tática adequadas para a conquista da vitória.

O nosso princípio foi sempre o de lutar no interior do País. A frente do exterior, ainda que importante, só deve ser definida como complementar.

Os nossos fundadores — Mondlane, Cabral, Neto — abandonaram o conforto das catedrais, dos consultórios,

claros, em Angola, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em Moçambique, em S. Tomé e Príncipe, fôssem possível, com igual clareza, definirmos o inimigo, definirmos a nossa estratégia e tática.

As nossas Organizações nunca estiveram estruturadas numa base racial, regional ou tribal. Nas nossas fileiras nunca houve distinção de tribo, religião, raça. Todos éramos sempre angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, santomenses.

Carecemos da guerra colonial e isolador o colonialismo.

O encontro entre o Papa Paulo VI e os nossos dirigentes, é expressão da vitória diplomática por nós alcançada.

Na base da plataforma mínima comum — a independência nacional, o fim da guerra colonial — conseguimos juntar aos amigos e aliados de sempre novos amigos, reforçámos o prestígio e o apoio à nossa causa.

O povo português foi por nós sempre tratado como aliado. Recusámos a noção demográfica e racista de «Populos ou cores opressoras». Por isso, prestámos sempre ao tratamento justo e humanitário dos prisioneiros de guerra. Numerosas ve-

claros, em Angola, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em Moçambique, em S. Tomé e Príncipe, fôssem possível, com igual clareza, definirmos o inimigo, definirmos a nossa estratégia e tática.

As nossas Organizações nunca estiveram estruturadas numa base racial, regional ou tribal. Nas nossas fileiras nunca houve distinção de tribo, religião, raça. Todos éramos sempre angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, santomenses.

Carecemos da guerra colonial e isolador o colonialismo.

O encontro entre o Papa Paulo VI e os nossos dirigentes, é expressão da vitória diplomática por nós alcançada.

Na base da plataforma mínima comum — a independência nacional, o fim da guerra colonial — conseguimos juntar aos amigos e aliados de sempre novos amigos, reforçámos o prestígio e o apoio à nossa causa.

O povo português foi por nós sempre tratado como aliado. Recusámos a noção demográfica e racista de «Populos ou cores opressoras». Por isso, prestámos sempre ao tratamento justo e humanitário dos prisioneiros de guerra. Numerosas ve-

claros, em Angola, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em Moçambique, em S. Tomé e Príncipe, fôssem possível, com igual clareza, definirmos o inimigo, definirmos a nossa estratégia e tática.

As nossas Organizações nunca estiveram estruturadas numa base racial, regional ou tribal. Nas nossas fileiras nunca houve distinção de tribo, religião, raça. Todos éramos sempre angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, santomenses.

Carecemos da guerra colonial e isolador o colonialismo.

O encontro entre o Papa Paulo VI e os nossos dirigentes, é expressão da vitória diplomática por nós alcançada.

Na base da plataforma mínima comum — a independência nacional, o fim da guerra colonial — conseguimos juntar aos amigos e aliados de sempre novos amigos, reforçámos o prestígio e o apoio à nossa causa.

O povo português foi por nós sempre tratado como aliado. Recusámos a noção demográfica e racista de «Populos ou cores opressoras». Por isso, prestámos sempre ao tratamento justo e humanitário dos prisioneiros de guerra. Numerosas ve-

claros, em Angola, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em Moçambique, em S. Tomé e Príncipe, fôssem possível, com igual clareza, definirmos o inimigo, definirmos a nossa estratégia e tática.

As nossas Organizações nunca estiveram estruturadas numa base racial, regional ou tribal. Nas nossas fileiras nunca houve distinção de tribo, religião, raça. Todos éramos sempre angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, santomenses.

Carecemos da guerra colonial e isolador o colonialismo.

O encontro entre o Papa Paulo VI e os nossos dirigentes, é expressão da vitória diplomática por nós alcançada.

Na base da plataforma mínima comum — a independência nacional, o fim da guerra colonial — conseguimos juntar aos amigos e aliados de sempre novos amigos, reforçámos o prestígio e o apoio à nossa causa.

O povo português foi por nós sempre tratado como aliado. Recusámos a noção demográfica e racista de «Populos ou cores opressoras». Por isso, prestámos sempre ao tratamento justo e humanitário dos prisioneiros de guerra. Numerosas ve-

claros, em Angola, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em Moçambique, em S. Tomé e Príncipe, fôssem possível, com igual clareza, definirmos o inimigo, definirmos a nossa estratégia e tática.

As nossas Organizações nunca estiveram estruturadas numa base racial, regional ou tribal. Nas nossas fileiras nunca houve distinção de tribo, religião, raça. Todos éramos sempre angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, santomenses.

Carecemos da guerra colonial e isolador o colonialismo.

O encontro entre o Papa Paulo VI e os nossos dirigentes, é expressão da vitória diplomática por nós alcançada.

Na base da plataforma mínima comum — a independência nacional, o fim da guerra colonial — conseguimos juntar aos amigos e aliados de sempre novos amigos, reforçámos o prestígio e o apoio à nossa causa.

O povo português foi por nós sempre tratado como aliado. Recusámos a noção demográfica e racista de «Populos ou cores opressoras». Por isso, prestámos sempre ao tratamento justo e humanitário dos prisioneiros de guerra. Numerosas ve-

claros, em Angola, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em Moçambique, em S. Tomé e Príncipe, fôssem possível, com igual clareza, definirmos o inimigo, definirmos a nossa estratégia e tática.

As nossas Organizações nunca estiveram estruturadas numa base racial, regional ou tribal. Nas nossas fileiras nunca houve distinção de tribo, religião, raça. Todos éramos sempre angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, santomenses.

Carecemos da guerra colonial e isolador o colonialismo.